

Instância de Governança da Região Turística da Costa Doce, Rio Grande do Sul: um estudo de caso

Governance of the Costa Doce Tourism Region: a case study

Instancia de Gobernanza de la Región Turística de Costa Doce: un estudio de caso

Thayele Oliveira*
Melise de Lima Pereira**

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral analisar a governança turística da região da Costa Doce no Rio Grande do Sul, Brasil, por meio do Arranjo Produtivo Local (APL) Turismo da Costa Doce. A Costa Doce é uma região turística que oferece diversos roteiros e é composta por 20 municípios gaúchos. A revisão de literatura abrangeu políticas públicas de turismo, regionalização do turismo brasileiro e governança em turismo. A presente pesquisa é descritiva, exploratória, de natureza qualitativa, caracterizando-se como um estudo de caso. O questionário foi aplicado por meio do Google Formulários aos membros do APL na Costa Doce. O instrumento de coleta de dados foi adaptado do estudo de Arnhold Junior (2017), contendo 52 variáveis divididas em 15 categorias de análise. Os principais resultados indicaram que os atores da governança turística aceitam a realização de parcerias decorrentes de políticas públicas, principalmente em prol da melhoria da qualidade dos serviços turísticos. De acordo com o ranking geral das categorias analisadas, o ponto mais crítico é o monitoramento dos resultados. A principal contribuição desta pesquisa é a realização de um estudo piloto que testou o instrumento de avaliação da governança turística, desenvolvido por Arnhold Junior, na Região Turística da Costa Doce. Conclui-se que, apesar de salientar as parcerias, o APL não correspondeu à parceria com a universidade para avaliar a governança turística, algo que poderia trazer benefícios ao elencar as categorias da governança turística.

Palavras-chave: Turismo. Políticas públicas. Instâncias de governança turística. Costa Doce. Brasil.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: tayholiveira@outlook.com

** Doutora em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, Santa Catarina. Docente no Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: melisepereira@ufpr.br

Artigo recebido em junho/2021 e aceito para publicação em junho/2021.

ABSTRACT

The main goal of the present study was to analyze tourism governance along Costa Doce, a region formed by 20 municipalities in Rio Grande do Sul offering different tourism routes through a local productive arrangement (LPA). Characterized as a case study, the descriptive, exploratory and qualitative research involved bibliographic review of public tourism policies, tourism regionalization in Brazil and tourism governance. A Google Forms questionnaire was filled in by members of the productive arrangement. The data collection instrument, adapted from Arnhold Junior (2017) involved 52 variables divided into 15 analytical categories. The main results indicate that tourism governance actors accept partnerships being established through public policies, mainly for improving the quality of tourism-related services. In the general ranking of analyzed categories, monitoring of results is the most critical point. The main contribution of the research consisted in a pilot study by which a tourism governance assessment instrument developed by Arnhold Junior was tested in the region. In conclusion, despite highlighting such partnerships, the local arrangement did not correspond to the partnership established with the University for the assessment of tourism governance, which would have the benefit of identifying tourism governance categories.

Keywords: Tourism. Public policy. Tourism Governance Instances. Costa Doce. Brazil.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar la gobernanza turística de la región de la Costa Doce en el Estado del Rio Grande do Sul, Brasil, a través del Acuerdo Productivo Local (APL) del Turismo de la Costa Doce. La región de la Costa Doce es una región turística que ofrece varios itinerarios y está compuesta por 20 municipios del Estado del Rio Grande do Sul. La revisión de la literatura alcanzó las políticas públicas del turismo, la regionalización del turismo brasileño y la gobernanza del turismo. La presente investigación es descriptiva, exploratoria y de naturaleza cualitativa, caracterizada como estudio de caso. El cuestionario se aplicó por medio de Google Forms a los miembros del APL de la Costa Doce. El instrumento de recolección de datos fue adaptado del estudio de Arnhold Junior (2017), que contiene 52 variables divididas en 15 categorías de análisis. Los principales resultados indicaron que los actores de la gobernanza turística aceptan el establecimiento de alianzas resultantes de las políticas públicas, principalmente a favor de mejorar la calidad de los servicios turísticos. Según la calificación general de las categorías analizadas, el punto más crítico es el seguimiento de los resultados. El principal aporte de esta investigación fue la realización de un estudio piloto que probó el instrumento de evaluación de la gobernanza turística, desarrollado por Arnhold Junior (2017), en la región turística de la Costa Doce. Se concluye que, a pesar de resaltar las alianzas, APL no correspondió a la alianza con la universidad para evaluar la gobernanza turística, algo que podría traer beneficios al enumerar las categorías de la gobernanza del turismo.

Palabras-Clave: Turismo. Políticas públicas. Instancias de Gobernanza Turística. Costa Doce. Brasil.

INTRODUÇÃO

A atividade turística é muito importante para a economia brasileira. Segundo o Ministério do Turismo, este é responsável por mais de 8% do PIB brasileiro (BRASIL, 2019). Em conjunto a isso, Sousa (2016) afirma que o turismo é um dos principais motores da economia global, devido ao fluxo de milhões de pessoas.

Dreher e Salini (2010) explicam que para atender os requisitos da oferta e as exigências da demanda é preciso que existam políticas públicas de turismo decorrentes de uma governança institucionalizada para defini-las e implementá-las com legitimidade.

Estudos recentes, como o de Pulido-Fernández e Pulido-Fernández (2018), salientam que a governança aplicada ao turismo é uma ferramenta eficiente para a gestão de destinos turísticos. Diante do contexto, observa-se a necessidade de avaliar a governança em turismo para que dados possam ser comparados e aperfeiçoados visando ao desenvolvimento da atividade turística.

Ao considerar a importância de planejar a atividade turística e o papel da governança nesse processo, este trabalho tem como objetivo geral analisar a governança turística da região da Costa Doce, no Rio Grande do Sul, Brasil, por meio do Arranjo Produtivo Local (APL) Turismo da Costa Doce.

Para nortear o alcance do objetivo geral, foram elencados os seguintes objetivos específicos: a) identificar o desempenho da governança turística da Região da Costa Doce, no Rio Grande do Sul, Brasil; e, b) avaliar os resultados da atuação da governança turística da Região da Costa Doce.

Este trabalho se justifica por apoiar a realização de estudos a respeito da Região Turística da Costa Doce, os quais já foram realizados por outros pesquisadores. Entretanto, esta pesquisa inova ao analisar a governança turística da Região da Costa Doce, por meio de um questionário aplicado, com base no estudo de Arnhold Junior (2017).

Além disso, este estudo sobre governança em turismo analisa sua atuação na Costa Doce e, desta forma, evidencia a realidade local para que possa engajar e propor melhorias para o desenvolvimento do turismo. Ao se entender a importância da atividade turística, destacada por Silveira (2008) quando menciona que o turismo contribui com o desenvolvimento social por meio da geração de empregos diretos e indiretos e da proteção e preservação do patrimônio histórico-cultural e ambiental, é imprescindível que o planejamento turístico ocorra.

Devido a isso e a outros efeitos positivos do turismo, Alves, Medeiros e Maracajá (2012) afirmam que o turismo ganhou certa dedicação no que diz respeito ao planejamento e à gestão pública. Diante disso, percebe-se que as políticas de turismo atuais demonstram certo empenho em efetivar a participação de atores públicos, privados e comunidade na atividade turística.

1 REVISÃO DE LITERATURA

Para Beni (2006), a política é uma orientação específica de gestão do turismo que abrange aspectos operacionais. “Tais políticas foram e, com certeza, ainda são extremamente relevantes ao bom desenvolvimento da atividade turística no Brasil [...]” (GALDINO; COSTA, 2011, p.9). Dessa forma, o papel do Poder Público na atividade turística é essencial, pois suas ações proporcionam crescimento e desenvolvimento ao turismo e à sociedade.

Pulido-Fernández (2010) argumenta que as ações realizadas pelo Poder Público impactam nas empresas privadas, assim como o contrário também pode ocorrer. A solução para isso é a cooperação entre os atores e a responsabilidade compartilhada da atividade turística.

O Programa de Regionalização do Turismo - PRT (2004) foi primordial para a concretização da descentralização das estratégias apresentadas nas políticas públicas de turismo brasileiras. A descentralização da gestão é dada pela criação de instâncias locais e regionais, as quais podem ser compostas por Conselhos Municipais, Fóruns Regionais e Grupos Gestores. As atividades decorrentes do Programa são coordenadas em nível nacional pelo Ministério do Turismo e pelo Conselho Nacional de Turismo. No nível estadual o Fórum Estadual de Turismo e o Órgão oficial são responsáveis pela gestão. No âmbito municipal os responsáveis são o Fórum Municipal de Turismo e o Órgão oficial de turismo no município. Em termos regionais, encontra-se a Instância de Governança Regional como gestora (BRASIL, 2013).

Segundo Domingos e Ribeiro (2008), a regionalização dos espaços turísticos foi proposta sem levar em consideração o potencial turístico dos locais compreendidos. Dessa forma, algumas das regiões foram privilegiadas com potencial turístico que favorece o desenvolvimento do turismo, enquanto outras ainda estão descobrindo suas potencialidades turísticas.

Em conjunto com o PRT, o Ministério do Turismo propõe a criação de Instâncias de Governança Regionais (BRASIL, 2015). De acordo com Pozzer (2008), este foi o maior desafio da implantação do PRT, a saber, implementar as Instâncias de Governança Regional, devido ao Plano Nacional de Municipalização do Turismo, que restringia o processo político ao município.

A Instância de Governança Regional é responsável pela coordenação do PRT em âmbito regional, devendo haver dentro da organização a participação do Poder Público, do setor privado e de outras representações da atividade turística desenvolvida nos municípios (BRASIL, 2015).

Entende-se que o PRT proporcionou a participação da cadeia produtiva local do turismo impulsionando um andamento conjunto rumo ao desenvolvimento sustentável do turismo. Pozzer (2008) menciona que o êxito do PRT depende fundamentalmente do andamento dos arranjos locais e regionais.

A governança é um processo em que os diferentes atores sociais interagem para encontrar soluções para os problemas e buscar oportunidades para as diferentes

populações envolvidas (PULIDO-FERNÁNDEZ; PULIDO-FERNÁNDEZ, 2018). Deve-se salientar que, após instituída a governança, esta deve ser monitorada e avaliada periodicamente (PULIDO-FERNÁNDEZ; PULIDO-FERNÁNDEZ, 2016).

Para Pulido-Fernández e Pulido-Fernández (2018), a governança aplicada ao turismo é uma ferramenta eficiente para a gestão de destinos turísticos. Os autores comentam sobre os princípios da boa governança e enfatizam que esses princípios devem trabalhar lado a lado e não devem ser considerados de forma isolada.

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2008), algumas questões como a acessibilidade, infraestrutura, capacitação de colaboradores, divulgação do destino devem ser trabalhadas constantemente em ações conjuntas. E enfatiza, também, que tais ações fortalecem a governança local do turismo.

Cerqueira (2009) conceitua instância de governança do turismo como uma organização social em que estão inseridas representações do Poder Público, da sociedade civil e de entidades empresariais que atuam na atividade turística de determinado território, propondo as aproximações entre os atores locais e os agentes públicos. Brito (2014) explica que as instâncias de governança têm o dever de planejar e desenvolver o turismo local.

Os estudos mencionados a seguir caracterizam-se como pesquisas aplicadas na governança em turismo no Brasil. Eles revelam variadas perspectivas da atuação da governança em turismo e mostram a importância de desenvolver estudos sobre o tema, pois a governança atua de forma diferente em cada caso.

A pesquisa de Silva (2015) tem como objetivo geral analisar o papel das instâncias de governança estadual e municipal de turismo voltadas ao processo de desenvolvimento turístico no município de Manaus, Amazonas, mediante as práticas públicas de planejamento, gestão e fomento da atividade no respectivo município.

Por meio de pesquisa aplicada, a autora conclui que a constituição de arenas públicas, através das instâncias de governança em turismo, vem possibilitando a discussão de maneira democrática e a tomada de decisões na área do planejamento e gestão do turismo em Manaus. E, ainda, observa a existência de entraves que dificultam e comprometem as estruturas das instâncias, os quais refletem na articulação, na promoção e no desenvolvimento turístico cultural nesse município (SILVA, 2015).

O trabalho de Arnhold Junior (2017) tem como objetivo identificar a governança turística na percepção dos seus atores no Estado de Santa Catarina. Após a concepção de um instrumento de avaliação da governança turística, este foi aplicado aos gestores públicos e privados da sociedade civil organizada do turismo naquele estado. O estudo conclui no sentido da existência de convergências e divergências nas percepções dos atores relacionadas à classificação dos destinos; e, ainda, revela que as divergências acabam influenciando diretamente no resultado da percepção geral do Estado de Santa Catarina (ARNHOLD JUNIOR, 2017).

Os estudos apresentados demonstram a relevância da governança em turismo no que se refere ao desenvolvimento do turismo, tanto local como regional, citando diversos benefícios promovidos pelas instâncias de governança, e salientando o impacto negativo quando não existem instâncias de governança. Dessa forma, ficou evidente que a análise e avaliação da governança em turismo é importante para aperfeiçoar o desempenho da mesma como fomentadora do turismo.

2 METODOLOGIA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo desta pesquisa é a região turística da Costa Doce, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. A região é composta atualmente por 20 municípios: Arambaré, Arroio Grande, Barra do Ribeiro, Camaquã, Canguçu, Chuí, Cristal, Guaíba, Jaguarão, Morro Redondo, Pelotas, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Sertão Santana, Tapes, Tavares e Turuçu. Os segmentos contemplados pela região são: Sol e Praia; Cultural-Histórico; Rural; Náutico; Esporte e Aventura; e Negócios & Eventos (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Segundo Pozzer (2008), em 2005 foi criada a Instância de Governança Regional da Região da Costa Doce, a saber, a Agência de Desenvolvimento do Turismo na Costa Doce (AD Costa Doce). Caracterizada como uma associação entre empresários, agentes públicos, entidades de classe e universidades, a AD Costa Doce tinha como objetivo promover o desenvolvimento do turismo nesse espaço.

Em 2008, a Região Turística da Costa Doce tinha como base da instância de governança os Fóruns Micro-regionais de Turismo Centro-Sul e a AD Costa Doce, os quais eram responsáveis pelo planejamento e coordenação das ações, em âmbito regional e local (POZZER, 2008).

Pires (2016) teve como objeto de estudo a AD Costa Doce. A pesquisa busca analisar as ações realizadas para apoiar a promoção e comercialização dos produtos turísticos pela Agência de Desenvolvimento do Turismo na Costa Doce. Para tal, a autora entrevistou três pessoas que mantinham ou mantiveram vínculo com a AD Costa Doce, tendo concluído que a AD Costa Doce apoiou a promoção e comercialização dos produtos turísticos da região. Na época, a AD Costa Doce estava tentando se reestruturar, pois, devido à falta de envolvimento das entidades e de recursos financeiros, passava por dificuldades.

Pozzer (2008) cita que o Arranjo Produtivo Local Turismo da Costa Doce realizou ações com o intuito de ampliar o fluxo turístico e de promover e comercializar produtos turísticos. O arranjo produtivo local de turismo é formado por atores e elementos que desenvolvem atividades ligadas ao turismo com o objetivo de desenvolvimento da atividade e do território onde se encontram (THOMAZI, 2006).

A APL tem a Associação dos Municípios da Zona Sul (Azonasul) como entidade gestora. O Conselho Fiscal tem como Coordenador Geral Henrique Feijó, da Azonasul, e como representantes das instituições públicas Rodrigo Duarte Simões Lopes, do Rio Grande do Sul, como titular, e Luis Carlos Citrini Braga, de São Lourenço do Sul, também Rio Grande do Sul, como suplente. Essas informações foram retiradas da página oficial da Prefeitura de Pelotas, Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

2.2 ABORDAGEM E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como descritiva e exploratória. A pesquisa descritiva descreve um indivíduo ou situação, o que permite ao pesquisador a base para obter uma explicação sobre o fato estudado (VERGARA, 2000). Gil (1999) afirma que a pesquisa descritiva é utilizada para descrever as características de determinada população ou fenômeno.

A pesquisa exploratória, de acordo com Gil (1999), busca esclarecer conceitos e ideias, proporcionando ao pesquisador uma visão geral. Zikmund (2000) acrescenta que a pesquisa exploratória é relevante quando se almeja diagnosticar uma situação, explorar alternativas ou apenas descobrir novas ideias.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Para Martins e Theóphilo (2009), este tipo de pesquisa é predominantemente descritivo, e busca estudar um fenômeno relativo às ciências humanas e sociais. O intuito da pesquisa qualitativa é capturar a perspectiva dos participantes ou envolvidos com o estudo.

Relativamente à escolha do objeto de estudo, a pesquisa classifica-se como estudo de caso, caracterizado, segundo Yin (2001), pelo estudo profundo do objeto de investigação, permitindo conhecer a realidade do fenômeno pesquisado.

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e o questionário estruturado com perguntas fechadas. A pesquisa bibliográfica permite que o autor fique a par da bibliografia existente sobre o tema pesquisado, sendo elaborada a partir de materiais publicados como livros, revistas, periódicos, monografias, artigos científicos, dissertações, teses, entre outros (PRODANOV, 2013).

O método de amostragem foi não-probabilístico, baseado na seleção de amostra intencional, na qual, de acordo com determinado critério, um grupo de elementos é escolhido por conveniência para compor a amostra (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

2.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Um questionário estruturado com perguntas fechadas favorece a tabulação e análise dos dados (OLIVEIRA, 2011). Marconi e Lakatos (1996) explicam que esse questionário apresenta perguntas ordenadas e padronizadas que serão respondidas sem a presença do pesquisador. Certas características metodológicas foram essenciais para a efetivação deste estudo piloto baseado na tese de Arnhold Junior (2017).

O questionário aplicado utilizou a escala likert de cinco pontos para mensurar o grau de concordância dos respondentes com as afirmações, em que 1 representa “total discordância” e 5 “total concordância”. Foi aplicado por meio do Google Formulários e disponibilizado por e-mail para cinco endereços eletrônicos e pelo aplicativo Whatsapp para os membros do APL Costa Doce por meio de um grupo específico composto por 53 membros e para quatro membros de forma privada.

Para Oliveira e Jacinski (2017), a utilização de formulários eletrônicos favorece o acesso dos respondentes ao formulário, além de facilitar a organização e análise dos dados coletados.

O instrumento de coleta de dados foi adaptado da tese de doutorado intitulada “Governança do Turismo: uma proposta de avaliação da Governança Turística na percepção de seus atores”, desenvolvida por Arnhold Junior (2017). O autor construiu e validou um instrumento de avaliação da governança turística por meio da percepção de seus atores, o qual foi dividido em 15 categorias.

A análise dos dados da tese foi realizada a partir da divisão do Estado de Santa Catarina em 4 classes de destinos. Logo após, foram comparadas as médias das percepções das regiões através de testes estatísticos como o teste T, utilizando o software IBM SPSS v.22. Em seguida, foram feitas análises fatoriais exploratórias (AFE) e análise fatorial confirmatória (AFC) para validar o instrumento de avaliação da governança turística. Arnhold Junior (2017) provou que o modelo de avaliação da governança turística pela percepção de seus atores é estatisticamente válido.

O formulário aplicado apresenta 52 afirmações divididas nas seguintes categorias de análise: Parcerias; Benefícios das parcerias; Compartilhamento de informações; Acesso às informações; Participação dos atores; Responsabilidade dos atores; Responsabilidade socioambiental; Regulação na tomada de decisões; Monitoramento na tomada de decisões; Estrutura de gestão; Liderança na gestão; Objetivos das lideranças; Monitoramento dos resultados; Avaliação dos resultados do turismo; e Resultados. Essas categorias mensuram a governança turística na visão dos atores da gestão, e, por isso, este foi o questionário escolhido para o presente estudo.

Além das 52 variáveis, foram solicitados dados do respondente, como a idade, a escolaridade, o tempo de atuação na área de turismo, a instituição que representa e o tempo de atuação na instituição para construir o perfil do respondente. A pesquisa se deu em outubro de 2019 e obteve um total de cinco respostas. Quanto à técnica de análise de dados, a pesquisa classifica-se como qualitativa e descritiva.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da governança turística da Região da Costa Doce foi realizada por meio da aplicação do instrumento de coleta de dados aos atores do Arranjo Produtivo Local Turismo na Costa Doce. O perfil dos respondentes apresenta as seguintes características: estes são representantes de instituição pública; atuam na mesma área há mais de 7 anos; têm cerca de 41 anos de idade; a maioria possui ensino superior completo; e, atuam na área de turismo há mais de 8 anos.

De acordo com a experiência na área de turismo e o grau de escolaridade, os cinco respondentes foram considerados aptos para compreender a importância desta pesquisa como uma contribuição ao trabalho desenvolvido na Costa Doce, e para colaborar de forma eficaz com o estudo. Além disso, mostraram-se interessados no estudo e demonstraram participar efetivamente do APL.

Foram analisadas 52 variáveis, divididas em 15 categorias, adaptadas do estudo de Arnhold Junior (2017). Os dados obtidos foram tabulados a fim de avaliar a média para cada uma das variáveis.

Na categoria Parcerias, a variável mais bem avaliada foi “A política pública que promove parcerias é apoiada pelo Poder Público”, com média 4. Isto indica que o Poder Público tende a apoiar e efetuar parcerias resultantes das políticas públicas.

Na categoria Benefícios das parcerias, as variáveis “As parcerias são estabelecidas visando à melhoria da qualidade da experiência do turista” e “As parcerias são estabelecidas considerando a melhoria da qualidade de vida dos residentes” obtiveram média 4. Esse resultado mostra que o benefício das parcerias é promover qualidade tanto para o turista quanto para o residente, denotando a inclinação à promoção da qualidade.

Na categoria Compartilhamento de informações, as variáveis “A iniciativa privada está comprometida em compartilhar informações” e “A iniciativa privada compartilha informações de forma transparente” possuem as respectivas médias de respostas: 2,4 e 2,2. Percebe-se que o compartilhamento de informações por parte da iniciativa privada, de acordo com os respondentes, apresenta falhas, já que em uma escala de 1 a 5 as respostas mostraram médias inferiores a 3.

Na categoria Participação dos atores, a variável “O Poder Público participa das decisões que afetam o turismo” obteve média 4 na avaliação dos respondentes. Assim, pode-se dizer que os atores do Poder Público se mostram envolvidos e preocupados com a atividade turística, de forma que sua participação é evidenciada sob a ausência da iniciativa privada, que obteve média 2,4 quanto à participação nas decisões que afetam o turismo.

Na categoria Responsabilidade dos atores, as variáveis “A responsabilidade da iniciativa privada no âmbito do turismo está delimitada” e “Existem mecanismos que assegurem a responsabilidade da iniciativa privada” obtiveram 2,4 e 2,2 respectivamente. Os respondentes apontaram que a responsabilidade da iniciativa privada não está delimitada o suficiente e que não há mecanismos para assegurar essa responsabilidade.

Na categoria Responsabilidade socioambiental, as variáveis: “A política de responsabilidade socioambiental é assumida pela iniciativa privada” obteve média 2,4; “O destino é reconhecido pela sua responsabilidade social” obteve média 2; e “O destino é reconhecido pela sua responsabilidade ambiental” obteve média 2,2.

Quanto à responsabilidade socioambiental, verifica-se que a região turística da Costa Doce não é reconhecida pela responsabilidade socioambiental, e os respondentes indicam que a iniciativa privada não atua com uma política de responsabilidade socioambiental efetiva.

Na categoria Regulação na tomada de decisões, a variável “O processo de tomada de decisões referentes ao turismo é regulado no âmbito da iniciativa privada” obteve média 2. Esta média aponta que a iniciativa privada tende a não atuar junto à regulação na tomada de decisões.

Na categoria Monitoramento na tomada de decisões, a variável “O processo de tomada de decisões referentes ao turismo é monitorado pela iniciativa privada” obteve média 1,6, o que indica que o monitoramento na tomada de decisões não é efetuado pela iniciativa privada.

Na categoria Estrutura de gestão, as variáveis “O destino organiza-se numa estrutura informal, com descentralização e delegação de poderes” e “O destino organiza-se numa estrutura formal, comandada pela iniciativa privada” obtiveram média 2 e 2,2 respectivamente. As respostas indicam um panorama de estrutura de gestão baseada na cooperação entre as organizações e comandada pelo Poder Público.

Na categoria Liderança na gestão, a variável “Os empresários lideram a gestão do turismo no destino” obteve média 1,8. Percebe-se que o destino tem sua gestão liderada principalmente pelo governo municipal.

Na categoria Monitoramento dos resultados, a variável “Os resultados dos impactos são avaliados por um sistema de monitoramento” obteve média 1,8. Junto a este dado, também há uma perspectiva de que nenhum impacto gerado pelo turismo é monitorado.

Na categoria Avaliação dos resultados do turismo, a variável “A iniciativa privada é envolvida no desenvolvimento das políticas de avaliação dos resultados” obteve média 1,8, a mais baixa da categoria. Os resultados do turismo são avaliados e o envolvimento do Poder Público no desenvolvimento das políticas de avaliação dos resultados sobressai diante do envolvimento da iniciativa privada na mesma situação.

Na categoria Resultados, a variável “Os resultados das avaliações são tornados públicos” obteve média 2. Os respondentes apontam uma insuficiência em tornar públicos os resultados das avaliações. Este é um ponto importante para a gestão, levando em consideração que a clareza nas organizações cooperadas propicia o seu bom desempenho.

A partir da análise das variáveis, conclui-se que a amostra apresentou um posicionamento predisposto a criticar a atuação da iniciativa privada e a manter certa indecisão quanto à atuação do Poder Público. Quanto ao Poder Público, ficou claro o interesse em fazer parcerias benéficas para o desenvolvimento do turismo. Já quanto à iniciativa privada foram apontadas diversas lacunas em sua atuação, ligadas, por exemplo, ao compartilhamento de informações, à responsabilidade e monitoramento na tomada de decisões.

Num contexto geral, a governança regional possui uma gestão estruturada baseada na cooperação entre os atores, porém observa-se que a iniciativa privada não se faz tão presente e atuante quanto o poder público. Os resultados obtidos neste estudo apenas complementam os trabalhos de Pozzer e Silveira (2008) e Pires (2016,) que abordaram a governança turística da Costa Doce.

Para avaliar os resultados da atuação da governança turística da Região da Costa Doce realizou-se um ranking geral das 15 categorias analisadas. Dessa forma, pode-se exibir a avaliação das categorias ressaltando as melhores avaliações. A escala de avaliação é de 1 a 5, onde 1 representa total discordância e 5 total concordância. A figura 1 representa o ranking geral das categorias analisadas.

FIGURA 1 - RANKING GERAL DAS CATEGORIAS PESQUISADAS



FONTE: As autoras (2021)

As categorias mais bem avaliadas no ranking geral são: Benefício das parcerias, parcerias, objetivos das lideranças, participação dos atores, acesso das informações e compartilhamento de informações, as quais obtiveram média das avaliações acima de 3.

A categoria mais bem avaliada foi “Benefício das parcerias”, com uma média de 3,87. Como foi salientado anteriormente, os atores aparentam buscar a “qualidade do serviço turístico ofertado” efetuando parcerias, entretanto não se mostram empenhados em fortalecer essas parcerias, avaliando e aperfeiçoando as ações em conjunto.

As categorias com as médias abaixo de 3 são consideradas pontos críticos da governança em turismo. São elas: regulação na tomada de decisões, responsabilidade dos atores, avaliação dos resultados do turismo, liderança na gestão, estrutura de gestão, resultados, responsabilidade socioambiental, monitoramento na tomada de decisões, e monitoramento dos resultados.

A categoria de monitoramento dos resultados foi a pior classificada no ranking geral das categorias, sendo este o ponto mais crítico da governança turística da região.

Na pesquisa de Arnhold Junior (2017), quanto ao monitoramento dos resultados na governança turística do Estado de Santa Catarina, os resultados indicaram que o poder público sobressaía à iniciativa privada, o que evidenciou a possível presença de falhas na comunicação entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada sobre os processos; ou, talvez, o processo de monitoramento não esteja ocorrendo da maneira que deveria.

A discussão dos resultados foi realizada sobre os dados obtidos e já examinados na análise de variáveis e no ranking geral das categorias. A seguir são discutidos os resultados relacionados com outras pesquisas aplicadas da área.

Os atores estão predispostos a realizar parcerias, bem como a apoiar as políticas públicas que propõem parcerias. Essas parcerias estão direcionadas a promover a qualidade do serviço turístico na região.

Quanto ao compartilhamento das informações dentro da governança, ficou claro que o poder público está comprometido em compartilhar as informações de forma transparente, enquanto a iniciativa privada ainda não se mostra empenhada em fazer o mesmo.

Para Meneghel e Tomazzoni (2012, p.246), “o desenvolvimento do turismo depende da consistência, da clareza e da eficácia da comunicação entre os atores. Assim como se percebe na pesquisa de Cutrim, Carvalho e Costa (2013), a qual diagnosticou que falhas na comunicação entre os atores da cadeia produtiva do turismo geravam problemas no desenvolvimento do turismo regional.

Os resultados da pesquisa apresentaram um viés amostral, uma vez que apenas os representantes do setor público mostraram-se atuantes na governança turística da Região Turística da Costa Doce. Por outro lado, os resultados apontaram que a atuação da iniciativa privada, de acordo com as categorias de análise, foi ausente e despreocupada com relação à governança turística da região em pauta.

De acordo com Silva (2009), o poder público deve criar políticas que delimitem o papel de cada protagonista para que atuem de forma legítima de seus interesses e na busca do consenso. É importante que haja uma certa concordância entre os atores quanto à gestão da governança, para chegar a um consenso que reflita o interesse de ambas as partes (DREHER; SALINI, 2010).

A pesquisa evidenciou que a gestão da governança é liderada principalmente pelo governo municipal, acompanhado por uma estrutura de cooperação entre os atores público, privado e comunidade. A governança deve buscar uma gestão compartilhada da tomada de decisões, de forma articulada, que facilite as ações e o desenvolvimento das atividades (VILLELA; PINTO, 2009).

Segundo o ranking geral das categorias, o ponto mais crítico da governança turística da Costa Doce é o monitoramento dos resultados. O monitoramento dos resultados garante a eficácia da administração, pois a partir do monitoramento pode-se reavaliar as ações e adotar medidas para corrigir possíveis problemas (ACERENZA, 2003).

Assim como o monitoramento dos resultados, a regulação na tomada de decisões, as responsabilidades dos atores, a avaliação dos resultados do turismo, a liderança na gestão, a estrutura de gestão, os resultados, a responsabilidade socioambiental e o monitoramento na tomada de decisões são pontos críticos que devem ser enfatizados visando ao aprimoramento e ao desenvolvimento de ambos na governança turística da Costa Doce.

Nóbrega (2012) conclui em sua tese que as instâncias de governança por ele pesquisadas “fingem” promover o desenvolvimento local, efetuando ações pouco representativas para o desenvolvimento local. A pesquisa de Nóbrega (2012) expõe uma realidade que deve ser questionada e solucionada. Esse tipo de panorama promove uma certa desconfiança da atuação das instâncias de governança. A governança turística da região da Costa Doce se mostrou ativa, porém com falhas, principalmente pela representatividade das entidades privadas.

CONCLUSÃO

Para identificar o desempenho da governança turística da Região da Costa Doce, no Rio Grande do Sul, foi realizada a análise das variáveis de acordo com as categorias de análise propostas por Arnhold Junior (2017). As variáveis identificaram que a governança regional se apresenta com uma estrutura de gestão baseada na cooperação entre os atores, havendo, contudo, algumas falhas quanto à atuação da iniciativa privada.

A avaliação dos resultados da atuação da governança turística da Região da Costa Doce se deu através da elaboração de um ranking a partir do qual foram geradas categorias, sendo que o ponto mais crítico foi o monitoramento dos resultados. Vale ressaltar a importância de monitorar os resultados para corrigir os erros e aperfeiçoar as ações.

Este estudo indicou que os atores da governança aceitam a realização de parcerias decorrentes de políticas públicas, principalmente em prol da melhoria da qualidade dos serviços turísticos. Em contrapartida, apresenta média baixa em relação à avaliação dos resultados em turismo, revelando um posicionamento despreocupado e irresponsável com o andamento das ações e o desenvolvimento do turismo.

Ainda, levando em conta esse posicionamento, não dar a devida importância à avaliação dos resultados indica descomprometimento com a governança turística. Aparentemente, a governança está preparada para fazer parcerias e colocar ações em prática, mas, quanto a avaliar suas ações e repensar o desenvolvimento, o que é algo primordial, este não ocorre da maneira correta. São necessários a participação e o comprometimento com as decisões e com as ações, desde o fechamento de parcerias até a avaliação dos resultados.

Quanto à ausência de participação da iniciativa privada, acredita-se que os atores não estão empenhados e desconhecem o seu papel dentro da governança e a relevância que este possui.

Este estudo teve como fatores limitantes o tamanho da amostra obtida, o viés amostral de respostas e a baixa adesão dos respondentes à pesquisa por meio de questionário *on-line*. Esta amostra é uma consequência dos problemas de comunicação que a pesquisadora encontrou com o APL Turismo na Região da Costa Doce. Foram muitas as tentativas de contato e pesquisas na internet em busca de informações, porém não há dados concretos e relevantes na internet, e o contato via telefone, e-mail e aplicativo foi superficial e deixou várias lacunas nas informações sobre o APL. O viés amostral da pesquisa constitui uma limitação, visto que apenas representantes do setor público mostraram-se atuantes na governança turística da região. Por fim, a adesão para responder ao formulário eletrônico foi baixa, obtendo apenas cinco respondentes num período de 20 dias, de um universo de mais de 40 pessoas.

Apesar de salientar parcerias o APL não correspondeu com uma parceria com a universidade no sentido de avaliar a governança turística, algo que poderia trazer benefícios ao elencar as categorias da governança turística. Mesmo assim, o estudo não foi inviabilizado. Sua principal contribuição foi a realização de um estudo-piloto que testou o instrumento de avaliação da governança turística desenvolvido por Arnhold Junior (2017) na Região Turística da Costa Doce. Sugere-se, para outras eventuais pesquisas, a aplicação do questionário em outras regiões turísticas nacionais, contemplando também a perspectiva dos agentes privados da cadeia produtiva do turismo.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M. A. **Administração do turismo**: planejamento e direção. 2.ed. Bauru, EDUSC, 2003.
- ALVES, A. M.; MEDEIROS, J. L.; MARACAJÁ, K. F. B. Planejamento turístico: um estudo sobre o plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável do Pólo Seridó. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.17-29, abr. 2012.
- ARNHOLD JUNIOR, M. **Governança do turismo**: uma proposta de avaliação da governança turística na percepção de seus atores. 2017. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú 2017.
- BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro** - perguntas e respostas. Brasília: Ministério do Turismo, 2015.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Cresce a participação do turismo no PIB nacional**. 2019. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/últimas-noticias/12461-cresce-a-participação-do-turismo-no-pib-nacional.html>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo** - diretrizes. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

BRITO, A. S. **Governança em território turístico**: uma análise comparativa entre a Costa das Baleias, BA e o município de Bento Gonçalves, RS. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social) – Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS), Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

CERQUEIRA, R. R. **Orientações práticas às instâncias de governança de turismo do Paraná**. Paraná: Sebrae, PR; Secretaria de Estado do Turismo, 2009. Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/CartilhaInstanciasdeGov.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

CUTRIM, K. D. G.; CARVALHO, C. M. B.; COSTA, S. R. Instância de governança: avaliação do estágio evolutivo da IGR do Polo São Luis. *In*: X SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. 2013. Caxias do Sul, RS, Universidade de Caxias do Sul, 2013.

DOMINGOS, M. C.; RIBEIRO, T. F. Uma análise do modelo de gestão regional do turismo do Estado de Minas Gerais: o caso do circuito grutas e mar de Minas. *In*: V SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL – SEMINTUR Turismo: inovações da pesquisa na América Latina. 2008. Caxias do Sul, RS, Brasil, Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2008.

DREHER, M. T.; SALINI, T. S. Governança e políticas públicas de turismo em Gaspar, SC. *In*: VI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL - SEMINTUR. Saberes e fazeres no turismo: interfaces. 2010. Caxias do Sul, RS, Brasil, Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2010.

GALDINO, L. C. F.; COSTA, M. L. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**, Rio de Janeiro, v.6, n.4, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadeia produtiva do turismo no Paraná**: estudo sobre as regiões turísticas do estado. Curitiba: IPARDES, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENEGHEL, L. M.; TOMAZZONI, E. A comunicação e a integridade dos atores do turismo regional: o caso do Observatório de Turismo e Cultura da Serra Gaúcha (OBSERVATUR). **Revista Turismo Visão e Ação**, v.14, n.2, p.246-260, 2012.

NÓBREGA, W. R. M. **Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira**: instâncias de governanças e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará. 2012. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

OLIVEIRA, G. W. B.; JACINSKI, L. **Desenvolvimento de questionário para coleta e análise de dados de uma pesquisa, em substituição ao modelo Google Forms**. 2017. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2017.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Manual (pós-graduação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, GO, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. **Pelotas participa de reunião do APL Costa Doce**, 2019. Disponível em: <http://pelotas.com.br/noticia/pelotas-participa-de-reuniao-do-apl-costa-doce> Acesso em: 05 nov. 2019.

PIRES, D. T. **Ações de promoção e apoio à comercialização dos produtos turísticos**: a atuação da agência de desenvolvimento do turismo na Costa Doce, RS, Brasil. 2016. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande, 2016.

POZZER, G. **Rotas turísticas no Rio Grande do Sul**: influências das políticas públicas, disparidades regionais e ambientes institucionais. 2008. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

POZZER, G.; SILVEIRA, V. C. P. **As rotas turísticas como estratégia de desenvolvimento territorial**: os arranjos institucionais no estado do Rio Grande do Sul – Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IV., 2008, Santa Cruz do Sul, RS, UNISC, 2008.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. In: PRODANOV, C. C. (org.); FREITAS, E. C. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PULIDO-FERNÁNDEZ, J. I. Las partes interesadas en la gestión turística de los parques naturales andaluces. Identificación de interrelaciones e intereses. **Revista de Estudios Regionales**, n.88, p.147-175, 2010.

PULIDO-FERNÁNDEZ, J. I.; PULIDO-FERNÁNDEZ, M. C. Proposal for na indicators system of tourism governance at tourism destination level. **Social Indicators Research**, v.37, n.4, 2018.

PULIDO-FERNÁNDEZ, M. C.; PULIDO-FERNÁNDEZ, J. I. Implementing governance in tourism destinations: a methodological proposal. **International Journal of Tourism Policy**, v.6, n.3/4, p.273-298, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano de ação regional** – Turismo RS, 2014. Disponível em: <https://www.cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20180652/28095229-planejamento-costa-doce.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019.

SILVA, J. R. **Políticas públicas de turismo**: análise do desempenho das instâncias de governança turística e seus reflexos no fomento do turismo cultural no município de Manaus/AM (2003-2014). 2015. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-graduação em Turismo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

- SILVA, L. F. **Governança e territorialidade no ecodesenvolvimento turístico regional:** o caso da Oktoberfest Blumenau. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, 2009.
- SILVEIRA, G. T. **Turismo, emprego e renda:** o caso da cidade histórica de Tiradentes - MG. 2008. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo), Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2008.
- SOUSA, B. M. A dinâmica diferenciadora e o processo de criação na gestão de destinos turísticos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v.10, n.1, p.3-17, 2016.
- THOMAZI, S. **Cluster de turismo:** introdução ao estudo de arranjo produtivo local. São Paulo: Aleph, 2006.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.
- VILLELA, L. E.; PINTO, M. C. S. Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v.43, n.5, p.1067-1089, 2009.
- YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução de: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZIKMUND W. G. **Business research methods.** 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

